

PORTUGUÊS DO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX: CARACTERIZAÇÃO DE UMA SINCRONIA PASSADA*RIO GRANDE DO SUL PORTUGUESE OF THE 19TH CENTURY: CHARACTERIZATION OF A LATE SINCRONY**Evellyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa¹**Leici Landherr Moreira²***RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de apresentar a caracterização do português do Rio Grande do Sul do século XIX a partir da descrição de fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética e variantes sócio-históricas em documentos manuscritos. O *corpus* compreende a edição filológica conservadora de documentos manuscritos oitocentistas não-literários do arquivo “Português Histórico do Rio Grande do Sul (PHRS)”. Sob o aporte teórico da Sociolinguística Histórica, descrevemos e analisamos os fenômenos fonológicos relacionados às variantes sócio-históricas de tipologia documental e profissão dos escreventes. Os resultados revelaram maior ocorrência de elisão, harmonia vocálica, abaixamento e alçamento em tipologias de caráter descrito-narrativo escritas por secretários, secretários militares e procurador da Câmara, geralmente, militares vinculados à formação das cidades em que registram os documentos. O estudo filológico dos textos, de suas características paleográficas mostram que os profissionais possuíam habilidade no ato de escrever, mesmo assim, não tinham um treinamento para exercer suas funções nem mesmo a prescrição de um manual de língua portuguesa, por isso, em textos descritos-narrativos, os fenômenos são mais evidentes. Desse modo, é correlação entre os fenômenos linguísticos, o perfil do escrevente associado à formação das cidades e sua prática de escrita bem como à tipologia documental que permite caracterizar o português do RS a partir do PHRS.

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística. Sociolinguística histórica. Português do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The goal of this article is to provide the characterization of Portuguese from Rio Grande do Sul in the 19th century. This study is based on the description of linguistic phenomena of graphophonetic order and sociohistorical variants in handwritten documents. The *corpus* is formed by conservative philological edition of non-literary 19th century handwritten documents from the “Portuguese Histórico do Rio Grande do Sul (PHRS)” archive. Based on Historical Sociolinguistics, we describe and analyze the phonological phenomena related to the socio-historical variants of document typology and the profession of the writers. The results revealed occurrence of elision, vowel harmony, lowering and raising in narrative-described typologies written by secretaries, military secretaries and the Chamber attorney. Usually the military are linked to the formation of the cities in which they register the documents. The philological study of the texts and their paleographic characteristics, show that the professionals had ability in writing. The socio historical support demonstrates they did not have training to perform their duties, not even the prescription of a Portuguese language manual. Because of that, in texts described- narratives, the phenomena are more evident. Thus, it is the correlation between linguistic phenomena, profile of the writer, associated with the formation of cities and their writing practice, as well as the document typology that allows characterizing the Portuguese of RS based on the PHRS.

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), evellyne.costa@ufsm.br, <https://orcid.org/0000-0002-2805-6095>.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Antônio Meneghetti Faculdade (AMF), leicimoreira@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-9519-3447>.

KEYWORDS: Linguistic variation. Historical Sociolinguistics. Portuguese from Rio Grande do Sul.

Introdução

Na história da língua portuguesa, no cenário nacional, o século XIX representa um marco importante no estabelecimento do português do Brasil, especialmente, após a Independência em 1822 com a valorização de características que o distinguem da metrópole europeia (TEYSSIER, 1997). No entanto, no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, principalmente nas primeiras décadas do período oitocentista, caracterizar o português é uma tarefa laboriosa a contar do estabelecimento de fontes representativas do estado de língua, circunscritas, na maioria das vezes, ao campo da documentação oficial. Além disso, o contexto sócio-histórico não permite afirmar que a produção escrita no meio administrativo empregue somente a matriz europeia do português em detrimento da variante brasileira e vice-versa. Isso deve-se, de fato, à condição colonial conferida ao país, que não é diferente no território sul-rio-grandense, onde a estrutura administrativa aponta um quadro heterogêneo de escreventes decorrente da própria formação tardia do estado e suas peculiaridades locais. Desse modo, este trabalho fundamenta-se no seguinte questionamento: se nos distanciamos da matriz europeia do português em virtude da condição colonial e particularidades locais da formação do estado e se ainda não nos aproximamos de uma “brasilidade” no português, o que caracteriza o português escrito no Rio Grande do Sul no século XIX?

Caracterizar sincronias passadas, considerando o contexto sócio-histórico é uma tentativa de responder a essa pergunta, que ocorre no âmbito dos projetos institucionais sobre o português do Rio Grande do Sul³ na Graduação e Pós-Graduação em Letras, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A preocupação com a descrição da língua portuguesa empregada em sincronias pretéritas no Rio Grande do Sul inicia, oficialmente, em 2011, com o projeto intitulado “Banco de dados de textos escritos: Português histórico do Rio Grande do Sul (PHRS)”, cujo objetivo era implantar um banco de dados de registros escritos representativos do português do Rio Grande do Sul a partir da coleta, transcrição e edição de manuscritos sul-rio-grandenses, bem como análises de fenômenos linguísticos sob a ótica da Linguística Histórica⁴. Com o material do PHRS, a partir de 2014, inicia o projeto “Português Antigo do Rio Grande do Sul: Língua e História” no intuito de descrever e analisar documentos antigos produzidos no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX, promovendo o resgate da história e memória cultural do estado, além de discutir questões linguísticas recorrentes no *corpus* a fim de contrastar com a caracterização do português antigo de outras regiões do Brasil⁵. Atualmente,

³ No âmbito dos projetos, compreendemos o português do Rio Grande do Sul como a língua em uso nos documentos escritos no estado do Rio Grande do Sul.

⁴ Os primeiros resultados desse projeto podem ser verificados no capítulo, intitulado “Banco de dados de textos escritos: português histórico do Rio Grande do Sul” (COSTA; LANDHERR; ARNEMANN; PEREIRA, MILANI, 2012), além dos trabalhos realizados com o *corpus* do projeto, a saber: Keller e Costa (2014), Keller e Costa (2015), Costa e Keller (2017), Costa e Moreira (2019).

⁵ Resultados do projeto podem ser conferidos em: Keller e Costa (2015); Costa e Pereira (2016); Keller e Costa (2019); Costa e Pereira (2020); Costa e Moreira (2020); Simioni e Costa (2020).

o projeto encontra-se na segunda etapa em busca de discutir a definição de variáveis sociais em documentos antigos, propor aportes metodológicos para análise em Sociolinguística Histórica nos *corpora* do Rio Grande do Sul, além de discutir a norma linguística (no sentido coseriano) que vigorava no estado nos períodos oitocentista e novecentista.

Neste artigo, a partir dos projetos mencionados, visamos à descrição dos fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética recorrentes no *corpus* do PHRS. Sabemos que o contexto sócio-histórico de ocupação tardia do estado, a organização administrativa e as peculiaridades locais geram uma série de variações que podem ser observadas no uso da língua nos manuscritos que compõem o *corpus* deste trabalho, no entanto, mesmo diante da variação, há heterogeneidade ordenada da língua (LABOV, 1972), por isso, pretendemos apresentar uma proposta de caracterização do português do Rio Grande do Sul, apoiada na recorrência de fenômenos de ordem grafo-fonética presentes em documentos escritos em diferentes locais do estado sob o aporte teórico da Sociolinguística Histórica.

Assim, no primeiro momento, apresentamos alguns apontamentos históricos sobre a formação do Rio Grande do Sul, bem como das cidades em que os manuscritos foram coletados. Em seguida, descrevemos o *corpus* do trabalho a partir do contributo da Filologia, seguido do referencial teórico da Sociolinguística Histórica, e da análise dos fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética relacionados à tipologia documental e à profissão dos escreventes. Por fim, tecemos alguns comentários conclusivos sobre a caracterização do português do Rio Grande do Sul.

1. Considerações históricas

A constituição sócio-histórica do Rio Grande do Sul é tardia em relação a outras regiões do continente. No início da colonização do Brasil, as atuais terras sulinas, conhecidas, em 1500, como “terras de ninguém”, não despertaram o interesse dos espanhóis nem dos portugueses, que em suas viagens de reconhecimento passaram ao largo da costa sul-rio-grandense. Somente no século XVIII, Portugal foi atraído pelas terras pertencentes à Espanha em razão do comércio estabelecido na região do rio da Prata e do gado existente nos campos do Rio Grande do Sul. Daí instauraram-se os litígios que culminaram na criação de acordos sobre as fronteiras territoriais: Tratado de Madrid (1750), Tratado de El Pardo (1761) e Tratado de Santo Ildefonso (1777). As novas fronteiras, porém, só foram definitivamente delimitadas após os confrontos da conquista das Missões (1801), das intervenções de D. João VI no Prata (1811-1812 e 1816-1820) e, finalmente, da Guerra da Independência do Uruguai (1826-1828) (LAZZAROTTO, 2001, p. 70). É nesse sentido que podemos dizer que a ocupação e, conseqüentemente, o povoamento do território se caracterizou pela constante demarcação das fronteiras e por confrontos militares que envolveram portugueses, espanhóis, indígenas e missionários.

Do ponto de vista administrativo, o nascimento social e político do Rio Grande do Sul ocorre pela Provisão de 6 de agosto de 1736, quando foi instituída a criação da Freguesia de São Pedro do Rio Grande, implantada em 1737, com sede inicial na Igreja de Jesus-Maria-José, subordinada ao Rio de Janeiro. Em 1747, a povoação de Rio Grande de São Pedro foi elevada à condição de vila,

sendo instalada a primeira Câmara Municipal em 1751, com autoridade sobre todos os domínios portugueses na região. Por esse motivo, as fontes escritas mais antigas localizadas em arquivos históricos no Rio Grande do Sul são posteriores à 1747. Monaretto (2005, p. 128), por exemplo, assinala que a documentação mais antiga disponível nos arquivos históricos de Porto Alegre, capital do estado, é de 1764.

Pelo contexto de ocupação tardia, ainda que a administração do Rio Grande de São Pedro tenha sido estabelecida em função do sistema colonial a partir das Ordenações Filipinas (1603), desde a instalação, sua estrutura difere do modelo lusitano em decorrência das especificidades econômicas, políticas e militares das regiões, mas também se diferencia da organização de outras capitanias do Brasil (MIRANDA, 2000). A criação de novas cidades ao longo do século XIX com novos órgãos administrativos, tal como as Câmaras locais, acentua ainda mais as particularidades, especialmente, quanto aos ocupantes dos cargos administrativos, nem sempre com a formação ou letramento para exercer determinada função⁶, brasileiros ou portugueses com passagem em várias regiões do país. De fato, não há como reconstruir a história da língua a partir da documentação oficial sem considerar as implicações desse contexto sócio-histórico na materialidade linguística e na constituição de variáveis sociais para o estudo da variação e mudança, por isso, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto “Português Antigo do Rio Grande do Sul” tem uma preocupação filológica com o tratamento e edição dos manuscritos para não perder de vista as questões sócio-históricas imbricadas na produção e circulação dos documentos⁷.

Como o objetivo deste trabalho é dar conta da caracterização do português do Rio Grande do Sul a partir da descrição dos fenômenos linguísticos recorrentes no *corpus*, apresentamos brevemente comentários sobre a fundação das cidades em que estão os documentos integrantes do *corpus* como indícios das especificidades de cada local. Apesar de o PHRS pretender dar conta da coleta, transcrição e edição de registros de todas as regiões do estado, até este momento é inviável determinar diferenças regionais devido à limitação do *corpus* e ao fato de os documentos serem escritos em datas próximas à criação das cidades, logo, não haveria fatores evidentemente significativos para tal divisão. Em contrapartida, com os comentários históricos, visamos pôr em evidência o distanciamento temporal, uma vez que são fundadas em décadas diferentes e, mesmo assim, veremos que seus documentos permitem a identificação da recorrência de determinadas variações.

A historiografia do Rio Grande do Sul explica por meio da provisão de 07 de outubro de 1809 a criação de quatro vilas do Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. No entanto, as raízes históricas de Rio Pardo remontam à criação estratégica de um povoado por causa do Tratado de Madri em 1750 (VOGT; ROMERO, 2010), que estabeleceu

⁶ Paulo José da Silva Gama, governador do estado no período de 1803 a 1809, por exemplo, em ofício escrito ao Visconde de Anadia, em 21 de março de 1803, sobre a Câmara do Rio Grande menciona que é “uma corporação composta de homens leigos” em favor de seus interesses particulares e recíprocos de amigos e familiares, e anseia pela vinda de magistrado literato para administrar a Justiça (MIRANDA, 2008).

⁷ Conferir Pereira (2017), Moreira (2019).

novos limites territoriais entre Portugal e Espanha. De acordo com os historiadores Vogt e Romero (2010), a demarcação da nova fronteira trouxe à Comandância Militar o Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade. Gomes Freire ordenou a construção do Forte de “Jesus, Maria José”, em Rio Pardo, pois era um local estratégico devido à sua localização na margem esquerda da confluência dos rios Pardo e Jacuí. Mais tarde, o Regimento de Dragões instalou-se em torno do Forte, onde teve origem um povoado. Em 1809, foi nomeada vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, instalou-se em 20 de maio de 1811 com uma Câmara ocupada predominantemente por militares e tornou-se cidade em 31 de março de 1846.

De outro modo, o atual município de Santana do Livramento foi inicialmente ocupado pelos índios minuanos e charruas. Entretanto, por volta do ano de 1810, as forças portuguesas derrotaram as forças espanholas em combate. Os oficiais que guarneciam as fronteiras aos poucos construíram casas, constituindo, assim, os primeiros núcleos de colonização no território (FERREIRA, 1959). Pereira (2017, p. 15) explica que Sant’Ana do Livramento surgiu em 30 de setembro de 1810 decorrente da chegada da 2ª divisão sob o comando do Marechal Joaquim Xavier Cuarado às margens do Ibirapuitã-Guaçu com 1900 soldados e da chegada de 15 carretas com famílias para povoar e resguardar a região conquistada. Em 7 de agosto de 1848, foi criado, então, o distrito denominado “Sant’Ana do Livramento”. Em 10 de fevereiro de 1857, foi elevado à categoria de vila, tornando-se cidade com a denominação de “Santana do Livramento” em 6 de abril de 1876 (FERREIRA, 1959).

A fundação da cidade de Santa Maria, por seu turno, está vinculada aos trabalhos da Comissão Mista de Demarcação de Limites da América do Sul. Segundo Belém (2000, p. 21), as Coroas de Portugal e Espanha, em 1º de outubro de 1717, estabeleceram um convênio, denominado Tratado Preliminar de Restituições Recíprocas, cujo objetivo consistia em demarcar, amigavelmente, os limites entre os domínios de Espanha e o Sul do Brasil. No entanto, por conta da discórdia entre os Comissários português e espanhol, a Comissão se dissolveu (BELÉM, 2000, p. 31). Por isso, conforme determinação do Governador Sebastião Xavier da Câmara, a partida da 2ª Subdivisão da Comissão, ao mando do coronel Francisco João Roscio, saiu de Santo Ângelo e foi para o Arroio dos Ferreiros, onde escolheu um local próximo para o seu acampamento. Essa expedição chegou a este local, em novembro de 1797, onde surgiu a povoação de Santa Maria (BELÉM, 2000, p. 31). Em 17 de novembro de 1837, foi criada a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, elevada à categoria de vila, Santa Maria da Boca do Monte em 16 de dezembro de 1857 e (BELTRÃO, 1979, p. 171). E, finalmente, a vila é elevada à condição de cidade, em 6 de abril de 1876. (BELTRÃO, 1979, p. 295).

Já próximo ao final do século está a fundação de Dom Pedrito. De acordo com Ferreira (1959, p. 157), no fim do século XVIII, Pedro Ensuegry, espanhol, nascido em Biscaia, apelidado de Dom Pedrito, contrabandeava com fumo da província de São Pedro para a Campanha Cisplatina. Dom Pedrito e seus ajudantes de contrabando abrigaram uma picada nos matos em volta do rio Santa Maria. Essa passagem foi usada por viajantes e moradores da região, tornando-se uma estrada geral, denominada passo de D. Pedrito. Em 18 de novembro de 1852, foi criada a capela de Nossa Senhora

do Patrocínio, junto ao Passo de Dom Pedrito, onde foram construídas casas, originando, assim, um povoado. Em 3 de dezembro de 1859, o povoado foi elevado à condição de freguesia. Em 30 de outubro de 1872, foi criada a vila e instalada sua Câmara em 2 de abril de 1873. Finalmente, foi elevada à categoria de cidade em 20 de dezembro de 1888 (FERREIRA, 1959, p. 158).

Por fim, vale destacar que, mesmo que cada localidade apresente suas idiossincrasias no tempo e espaço, podemos observar um fio condutor: a constituição de povoados e vilas a partir da demarcação de territórios e proteção de fronteiras pelos militares portugueses. A alguns desses militares são conferidos os cargos das primeiras Câmaras das localidades do Rio Grande de São Pedro, não pela sua condição de militar, mas porque ao longo da história tornaram-se parte das elites socioeconômicas locais e atenderam os critérios para ocupação de um cargo na Câmara. Segundo Comissoli (2006, p. 21), os *homens bons* (assim eram chamados os indivíduos ocupantes de cargo na Câmara), deveriam ter idade superior a 25 anos, casados ou emancipados, católicos, sem nenhuma “impureza de sangue” (mestiçagem racial) e proprietários de terra. Esse é, portanto, o perfil social que predomina nos escreventes dos documentos que compõem o *corpus* deste trabalho, acrescido de professor, oficial de justiça e delegado. Na próxima seção, discorreremos sobre o tratamento desses documentos, sob a perspectiva da Filologia, no âmbito da Crítica Textual, envolvendo a transcrição e tipo de edição para a descrição do *corpus*.

2. Descrição do *corpus*

No âmbito do estabelecimento de *corpora* diacrônicos para o estudo da variação e mudança linguística no passado, o contributo da Filologia é essencial. Mattos e Silva (2008, p. 40) assinalou “a importância da Filologia, no sentido estrito, de edições de textos confiáveis para os estudos linguísticos do passado”, fundamentais à constituição de *corpora* representativo de sincronias pretéritas, por isso a importância de edições conservadoras. Nesse sentido as linguistas Nevalainen e Raumolin-Brunberg (2012, p. 28), também acentuam a importância da experiência filológica na interpretação, edição e paleografia de textos para a Sociolinguística Histórica, dada a necessidade de edições confiáveis de textos manuscritos que forneçam dados acessíveis à comunidade acadêmica. Além disso, nos últimos anos, Lose e Souza (2020, p. 12) pontuaram que, nos estudos sobre variação e mudança linguística, a “Filologia não é apenas uma ciência ancilar, auxiliar, um suporte para o estudo linguístico, mas de modo costumaz, as condições de produção para a proposição de variáveis sociais e históricas para a pesquisa”.

Desse modo, diante da problemática do material linguístico histórico escasso, fragmentário e em condições de preservação aquém do exigido (CONDE-SILVESTRE, 2007) somado ao fato da ausência de informações sobre os escreventes, a edição de manuscritos como documentação direta ou indireta da pesquisa permite o estabelecimento de variáveis sócio-históricas desde o nível paleográfico até o exame metódico da ordem gráfica, indispensável à transcrição dos documentos. Por isso, nas edições dos documentos que compõem o *corpus*, há uma preocupação em apontar nas notas de modo

fidedigno as mudanças de punho e condições do suporte que intervêm na leitura do texto⁸. Do mesmo modo, entender a estrutura do texto para classificá-lo em tipologia documental é fundamental. À luz dessas considerações, apresentamos o *corpus* do trabalho.

O *corpus*

O nosso arquivo é constituído de 113 documentos oitocentistas públicos, não-literários, manuscritos de diferentes tipologias coletados em arquivos e museus das cidades de Santa Maria, Santana do Livramento, Rio Pardo e Dom Pedrito e escrito por fiscal, professor, professora, oficial de justiça, delegado, administrador, carregador, zelador, pedreiro, escrivão, subintendente, inspetor escolar, secretário, militares. O material foi fotografado, transcrito de acordo com as normas de edição de Cambraia (2005) e foi depositado no arquivo intitulado “Português Histórico do Rio Grande do Sul (PHRS)” no âmbito dos projetos de pesquisa “Português Antigo do Rio Grande do Sul: língua e história” e “Sócio-história Linguística do Rio Grande do Sul: manuscritos oitocentistas e novecentistas”, desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Maria.

Os procedimentos metodológicos adotados para o tratamento do *corpus* são:

- (a) seleção e contato com as instituições detentoras de registros escritos do português: museus, arquivos históricos, dentre outros;
- (b) coleta dos documentos através de fotografia digital;
- (c) transcrição ortográfica dos documentos;
- (d) seleção e categorização dos textos obedecendo aos seguintes critérios: localidade, data e tipo de produção escrita (documento notarial, cartas oficiais, cartas pessoais, textos jornalísticos).

Todos os documentos do *corpus* foram transcritos em edições conservadoras, diplomática e semidiplomática que preservam as características do texto. Para Cambraia (2005), na edição diplomática, é realizada a transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no texto, enquanto na edição semidiplomática podem ser realizados a o desenvolvimento de sinais abreviativos, inserções ou supressões por conjectura, sempre explicitamente sinalizados. Nas edições diplomáticas dos documentos⁹, são transcritos como no original: diacríticos, acentuação, pontuação, maiúsculas e minúsculas, ortografia, separação vocabular indevida e abreviaturas. As linhas são numeradas de cinco em cinco; caracteres de leitura impossível são precedidos pela cruz, sendo número de caracteres ilegíveis indicado por pontos; já os caracteres de leitura duvidosa são transcritos entre parênteses; e caracteres apagados, entre colchetes uncinados. Por fim, a mudança de fôlio é informada

⁸ Para mais detalhes, conferir as edições realizadas por Keller e Costa (2019).

⁹ Os documentos de Santa Maria, Santana do Livramento e Dom Pedrito seguiram as normas para edição diplomática, ao passo que os documentos de Rio Pardo seguem as normas para a edição semidiplomática.

na margem direita superior; bem como qualquer outra particularidade é também informada em nota. Quanto à edição semidiplomática, aplicam-se as mesmas orientações, exceto aos sinais abreviativos que são desenvolvidos, transcrevendo em itálico os acréscimos à abreviação.

A categorização dos documentos, por sua vez, segue a proposta de Bellotto (2002) para tipologia documental. De acordo com a autora (2002, p. 28), o tipo documental “será sempre correspondente à espécie anexada à atividade concernente e vale como conjunto documental representativo da atividade que caracteriza”. Dessa forma, o tipo documental pode corresponder à atividade administrativa de uma instituição como é o caso dos documentos públicos que compõem o *corpus*. Localizamos os seguintes tipos documentais: ofício, recibo, mandado, termo de posse, provisão, carta patente, carta pessoal, atestado, ordem do dia, autuação, prestação de contas, mandado, proposta, boletim de ocorrência, requerimento, termo, lista, telegrama. Apesar de morosa, essa tarefa é imprescindível para a constituição de um *corpus* representativo do português do Rio Grande do Sul. É só a partir da análise das edições conservadoras que podemos fixar as variações linguísticas consoante aos procedimentos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Histórica. Para trabalhar com a imbricada relação entre questões linguísticas e sociais e conseguir dar conta da caracterização da sincronia passada, foco deste artigo, encontramos nessa teoria aparato capaz de lidar com a variação inerente à língua e questões sociais que desempenham papel na variação e na mudança linguística.

3. Sociolinguística Histórica para a descrição das sincronias passadas

Partindo do pressuposto de que a língua é uma heterogeneidade ordenada (LABOV, 1972), a abordagem no âmbito da Sociolinguística Histórica é de que a língua é “inerentemente variável” tanto do ponto de vista sincrônico quanto diacrônico, além disso, essa variação está condicionada a fatores estruturais e sociais. Rompe-se, desse modo, a fronteira entre sincronia e diacronia quando se usa o presente para explicar o passado (Princípio do Uniformitarismo). A Sociolinguística Histórica engloba a variação e mudança, preocupação da Linguística Histórica, e aspectos da Sociolinguística, como a articulação entre fatores linguísticos e sociais.

Tanto a concepção de língua que embasa a Teoria da Variação Linguística desenvolvida por Labov, quanto a aplicação de seus métodos aos estudos diacrônicos e a construção de *corpora* desenharam a Sociolinguística Histórica. Pesquisadores como Suzane Romaine (1982) e Roger Lass (2000) vem contribuindo para desenvolver os estudos na área. No mundo hispânico, podemos citar Menéndez (1995), com “Sociolinguística Histórica”, Fernández (2005), com a obra “Historia Social de las Lenguas de Espana”, dentre outros.

Como a proposta de descrição e análise aqui desenvolvida acredita da correlação entre os processos linguísticos e fatores sociais, entendemos que essa abordagem consegue dar conta do *corpus* e dos fenômenos envolvidos. No entanto, lidar com as variáveis sociais, por vezes, não é tarefa fácil. Definir escolaridade e idade, por exemplo, nem sempre é possível de maneira direta, se compararmos com pesquisas sociolinguísticas que investigam a língua falada, ou seja, de cunho

sincrônico. É comum encontrarmos documentos antigos sem assinatura, sem data, sem menção à escolaridade ou idade do escrevente, por isso, muitas vezes, a definição das variáveis sociais, no nosso entender, se dá através de propostas metodológicas específicas para cada *corpus*.

Diante desse cenário, estudiosos como Marquilhas, Kajita, Barbosa propuseram alternativas para resolver as questões metodológicas no âmbito da Sociolinguística Histórica. Monaretto (2021), Borges e Keller (2020), Moreira e Costa (2020), Costa e Pereira (2020), dentre outros, desenvolveram trabalhos sobre o português do Rio Grande do Sul de sincronias pretéritas, apresentando algumas propostas metodológicas para variáveis linguísticas e variáveis sociais.

Em nosso trabalho, lançamos mão, especificamente, da correlação entre a descrição dos fenômenos linguísticos e a tipologia documental. Na próxima seção, portanto, descrevemos e analisamos os fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética para, em seguida, propormos uma caracterização do português oitocentista que entendemos ser possível considerando os projetos desenvolvidos e arquivos constituídos até o momento.

4. Descrição e análise de dados

Nos estudos sobre a variação e mudança linguísticas a partir de dados de textos de sincronias passadas, variantes gráficas podem ser interpretadas como reflexo da fala, indiciando fenômenos fonológicos, tal como é proposto em Lass (2000), Monaretto (2005), Telles e Lose (2010), Keller e Costa (2014), Nasi (2016), Ribeiro (2018) entre outros. Em nosso trabalho, consideramos os seguintes fenômenos acompanhados de exemplos retirados do *corpus*: harmonia vocálica (*recibido, istima, intiligencia*), abaixamento vocálico (*matricolado, circunstancia, vertude*), alçamento sem motivação aparente (*tizorero, duado, vereança*), elisão (*d'aquela, n'uma, d'outro, D'Araujo*), metátese (*persente, percalços*), monotongação (*tizorero, trose*), ditongação (*Conseilho*) e epêntese (*adeministrar*).

A partir da classificação dos documentos em tipologias documentais, organizadas de acordo com as cidades em que foram coletadas, dispomos o número de ocorrência dos fenômenos linguísticos sobreditos:

Quadro 1: Santana do Livramento (32 documentos)

| | Carta pessoal | Carta patente | Atestado | Ordem do dia |
|--------------------------|---------------|---------------|----------|--------------|
| Elisão | | 2 | 2 | 18 |
| Harmonia vocálica | | | | 12 |
| Alçamento | | | 1 | 24 |
| Abaixamento | 1 | | | 137 |

Fonte: elaboração das autoras.

Quadro 2: Santa Maria e Dom Pedrito (53 documentos)

| | Recibo | Carta | Autuação | Prestação de contas | Mandado |
|-------------------|--------|-------|----------|---------------------|---------|
| Elisão | 2 | | | | |
| Harmonia vocálica | 2 | | | 1 | |
| Alçamento | | | | 1 | |
| Abaixamento | 1 | 3 | 1 | | 1 |

Fonte: elaboração das autoras.

Quadro 3: Santa Maria e Dom Pedrito (53 documentos)

| | Proposta | Boletim de ocorrência | Requerimento | Termo | Lista | Telegrama |
|-------------------|----------|-----------------------|--------------|-------|-------|-----------|
| Elisão | 1 | | 1 | 2 | 3 | 2 |
| Harmonia vocálica | | | | | | |
| Alçamento | | | 1 | | | 1 |
| Abaixamento | 2 | | 4 | 2 | 1 | |

Fonte: elaboração das autoras.

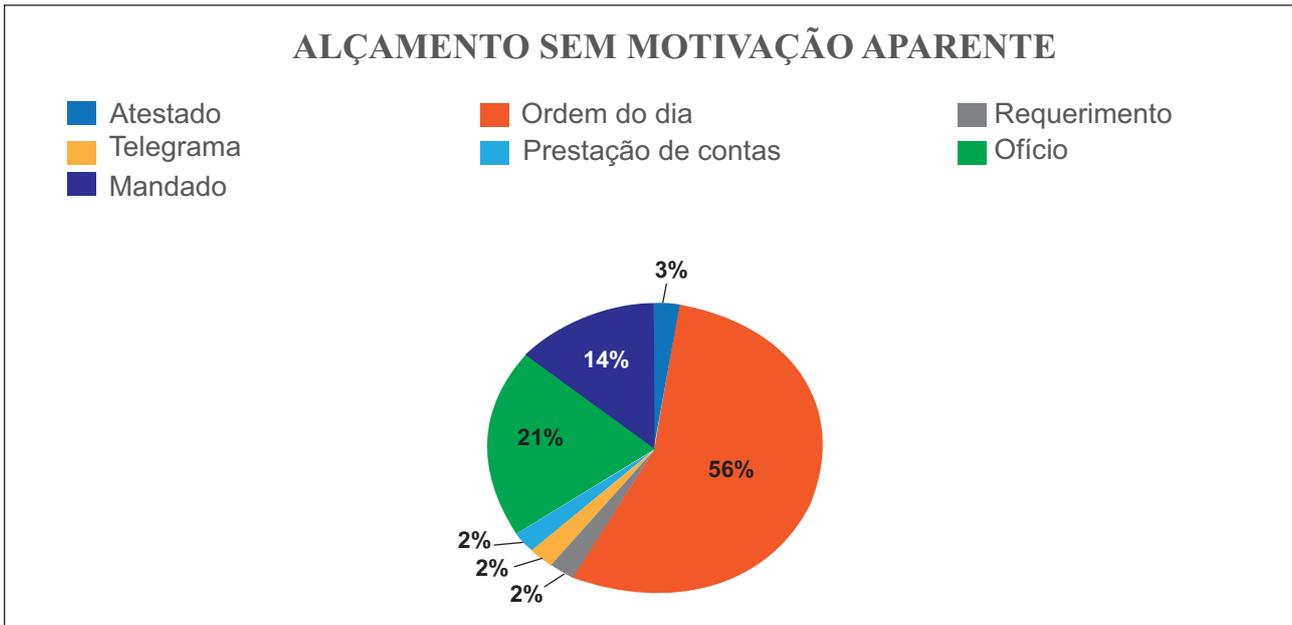
Quadro 4: Rio Pardo (28 documentos)

| | Ofício | Recibo | Mandado | Termo de posse | Provisão |
|--------------|--------|--------|---------|----------------|----------|
| Alçamento | 9 | | 6 | | |
| Abaixamento | 14 | 1 | 10 | 3 | 8 |
| Metátese | | | 1 | | 1 |
| Epêntese | | | | 1 | |
| Monotongação | 1 | | | | |
| Ditongação | 6 | | | | |

Fonte: elaboração das autoras.

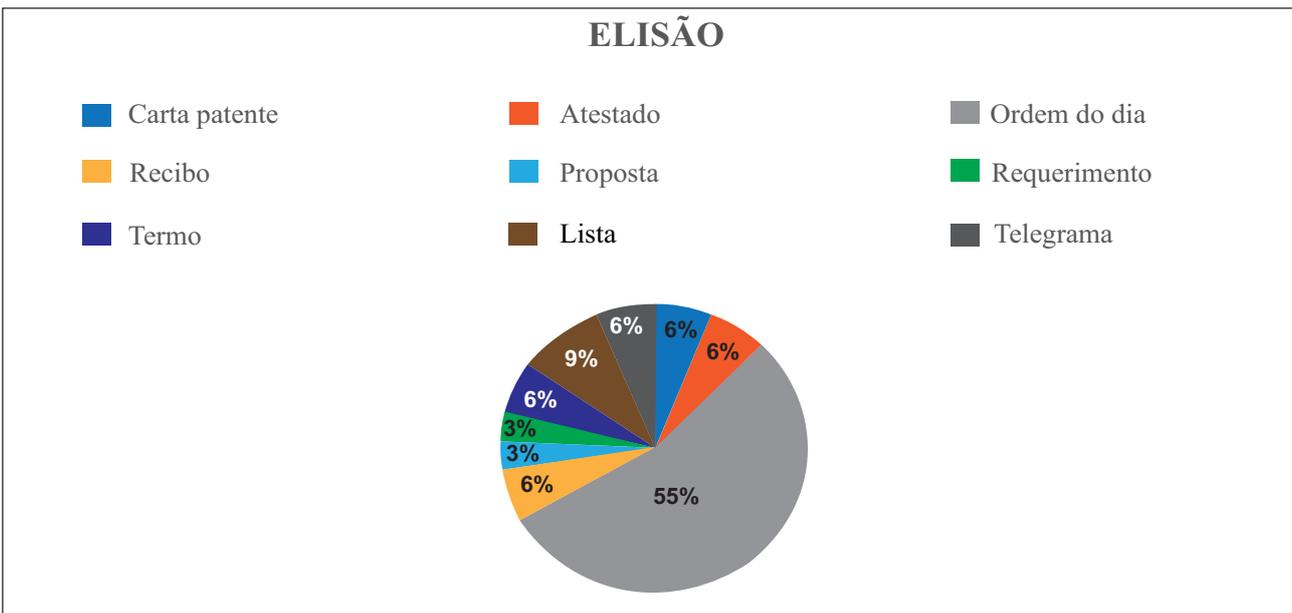
Os dados de epêntese, monotongação e ditongação só foram encontrados nos textos de Rio Pardo e em pequeno número. Por conta disso, não serão analisados. Os resultados da análise indicam que há maior número de ocorrências de alçamento sem motivação aparente, abaixamento vocálico, harmonia vocálica e elisão nas ordens do dia, conforme os gráficos a seguir:

Gráfico 1: Ocorrências de alçamento sem motivação aparente segundo a tipologia.



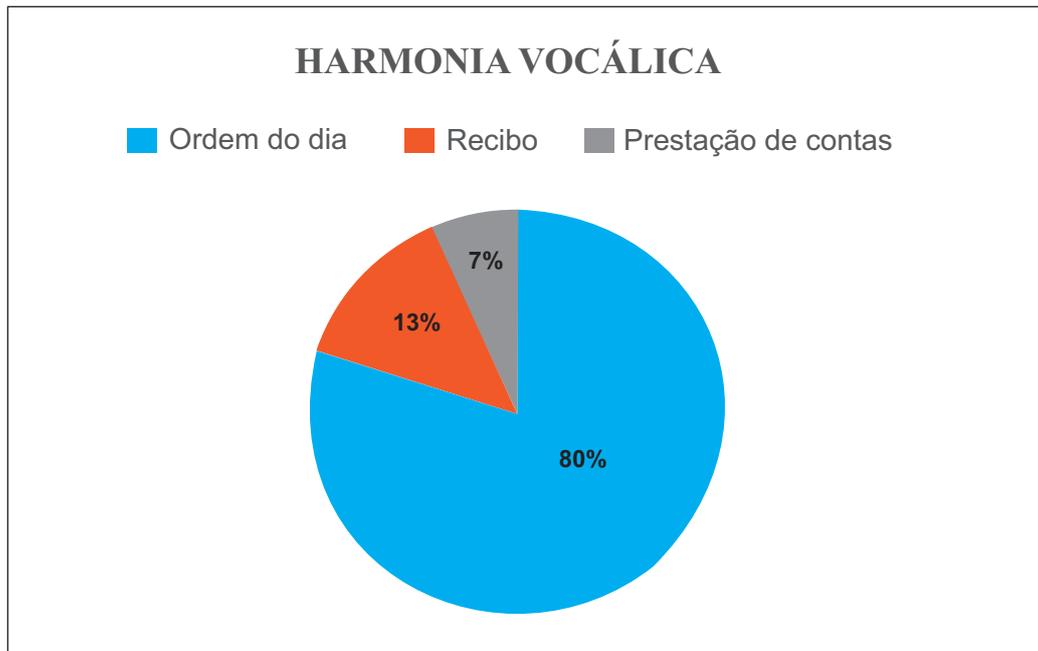
Fonte: elaboração das autoras.

Gráfico 2: Ocorrências de elisão segundo a tipologia.



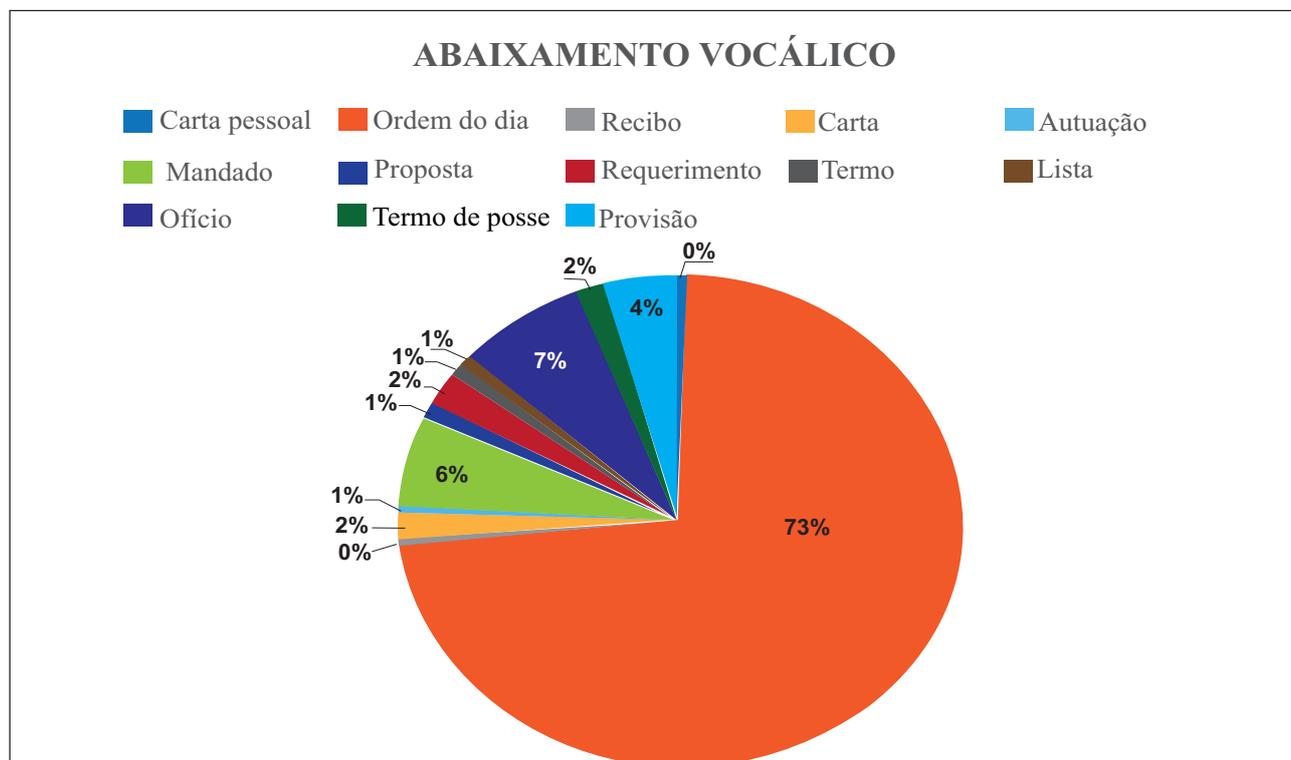
Fonte: elaboração das autoras.

Gráfico 3: Ocorrência de harmonia vocálica segundo a tipologia.



Fonte: elaboração das autoras.

Gráfico 4: Ocorrências de abaixamento vocálico segundo a tipologia.



Fonte: elaboração das autoras.

Se considerarmos todos os fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética a partir das tipologias presente no *corpus*, a maior incidência é sobre a ordem do dia e o ofício:

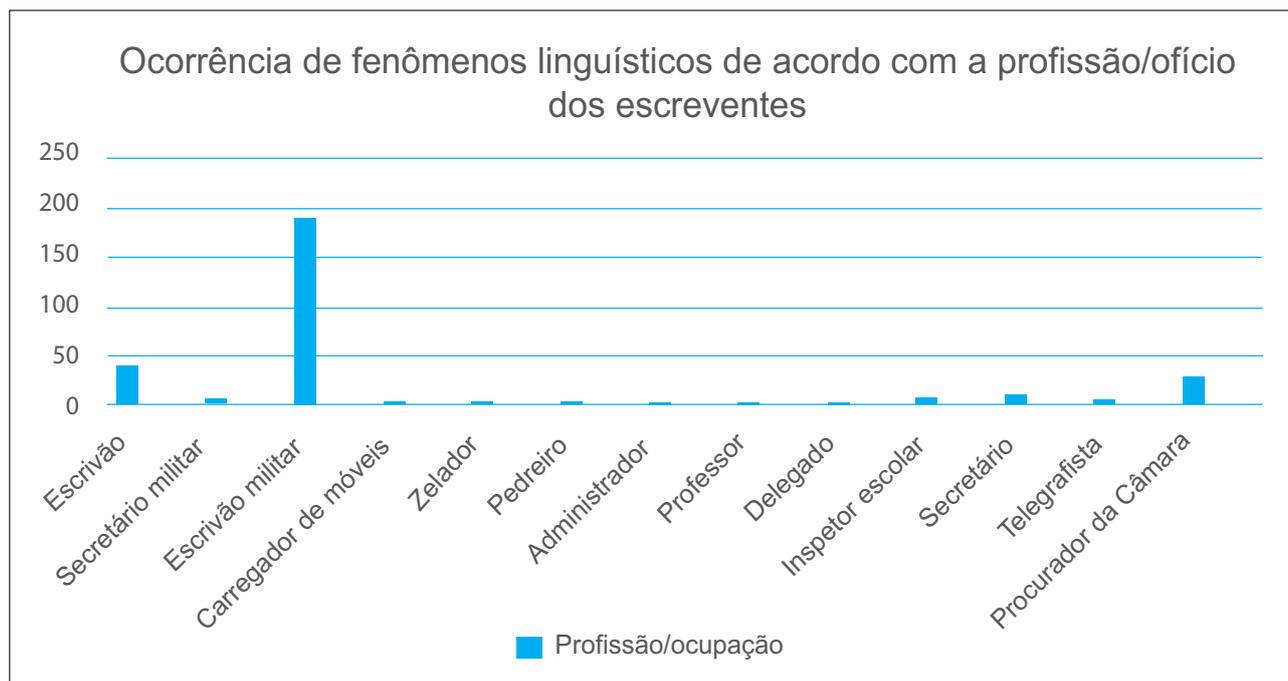
Gráfico 5: Quadro geral da ocorrência de fenômenos linguísticos segundo a tipologia.



Fonte: elaboração das autoras.

Pereira (2017), ao analisar os documentos de Santa do Livramento notou que as tipologias de caráter descritivo-narrativo apresentam maiores condições para a ocorrência de formas que podem representar fenômenos fonológicos. De acordo com a pesquisadora, as ordens do dia, apesar de sua estrutura fixa, permitem a exposição de diversos temas de forma descritivo-narrativa, enquanto a ausência de fenômenos fonológicos acontece em tipologias com fórmulas pré-prontas e textos modelares. (PEREIRA, 2017, p. 90). Ao ampliarmos a análise a um *corpus* maior, pudemos verificar a mesma relação de gradiência, inspirada em Romaine (1972), qual seja, documentos de caráter narrativo apresentam uma “permeabilidade” maior a fenômenos fonológicos.

Para verificarmos o papel da variável profissão, fizemos um cruzamento entre a ocorrência dos fenômenos presentes no *corpus* e a profissão/ofício dos escreventes.

Gráfico 6: Quadro geral da ocorrência de fenômenos linguísticos segundo a profissão.

Fonte: elaboração das autoras.

Os dados nos revelaram que há maior ocorrência de fenômenos linguísticos na escrita do escrivão militar, escrivão, Procurador da Câmara e secretário, precisamente, os responsáveis pela redação da ordem do dia, ofícios e mandados. Há uma correlação entre profissão e tipologia documental que se mostra muito importante quanto à ocorrência de elisão, harmonia vocálica, abaixamento e alçamento, os fenômenos variáveis mais recorrentes no nosso *corpus*. É fato que as ocupações fortemente ligadas ao ato de escrever diário produzem um número maior de textos que se mostraram mais suscetíveis à variação.

É interessante notar que, principalmente no período colonial, não há menção ao pré-requisito de possuir conhecimento de língua portuguesa para exercer os cargos sobreditos. Segundo Melo (2006), no período colonial para exercer o ofício de secretário, era obrigatório possuir boa letra, ser “homem de segredo” e “limpo de sangue”, entretanto, o conhecimento referente à organização dos papéis que passavam em suas mãos não constava como requisito básico. Se lançarmos mão dos aspectos filológicos dos textos, podemos dizer que todos são escritos em letra cursiva, traço e pauta em equilíbrio, módulo regular, sem quaisquer indicações de inabilidade de escrita. Quanto aos cargos de escrivão e procurador, como já foi mencionado no início deste trabalho, para exercer tais cargos na Câmara, por exemplo, bastava ter idade superior a 25 anos, ser casado ou emancipado, católico, sem nenhuma “impureza de sangue” (mestiçagem racial) e proprietários de terra, ou seja, não há nenhuma exigência para exercer as profissões vinculadas ao ato de escrever, tampouco determinações para usar normas específicas para a escrita de um determinado documento, obedecendo padrões de uso da

língua portuguesa. Nesse sentido, em textos de caráter descritivo-narrativo tendem a aparecer grafias que representem variações como um reflexo da fala.

Observamos, inclusive, a mesma variação em textos de escreventes cujas profissões não apresentam aproximação com a escrita, tais como zelador e pedreiro, ou que a escrita não ocupa espaço importante no seu fazer diário, como administrador e delegado.

Estamos, pois, diante do seguinte cenário: (a) os documentos que apresentam o maior número de ocorrências de fenômenos variáveis são as tipologias caracterizadas por serem mais narrativas; (b) os escreventes com maior aproximação com a escrita apresentam mais variação e são os que mais produzem as tipologias mais narrativas; (c) não há manuais que regulem a escrita da língua portuguesa no período; (d) não há exigências específicas para a formação dos profissionais responsáveis por redigir os documentos oficiais da época; (e) encontramos a mesma variação em textos produzidos por escreventes com menos experiência com o ato de escrever.

A reconstrução aqui apresentada foi condição necessária para caracterizarmos a sincronia pretérita proposta sob o arcabouço da Sociolinguística Histórica. Apenas com a construção de um *corpus* com edições conservadoras, com o levantamento dos fenômenos, com a observação das correlações entre esses fenômenos com a tipologia documental e a profissão dos escreventes foi possível empreender generalizações que dessem conta dos documentos pertencentes ao PHRS. Isto é, através dos pressupostos da teoria, pudemos entender as relações entre os fenômenos variáveis e os aspectos sociais. A reconstrução histórica que desenha a ocupação do território do Rio Grande do Sul foi muito importante para entendermos o perfil do escrevente que constitui o nosso *corpus*. As pessoas que preenchiam os critérios para ocupar cargos públicos, tais como procurador, escrivão e secretário, ocupações diretamente ligadas ao ofício de escrever, eram os militares. Esses detentores de cargos públicos não recebiam treinamento algum para exercerem suas funções e não havia manual ou regramento da língua portuguesa a ser seguido, por isso produziam os tipos textuais mais permeáveis aos fenômenos estudados aqui, textos descritivos-narrativos. Esse é o perfil do nosso escrevente, intimamente vinculado à formação das cidades que fazem parte do PHRS.

Conclusão

Este trabalho empreendeu descrição e análise de fenômenos linguísticos variáveis, quais sejam, harmonia vocálica, abaixamento, alçamento e elisão, presentes nos *corpora* que constituem o projeto PHRS que, desde 2011, coleta, transcreve, analisa e torna públicos documentos manuscritos produzidos no Rio Grande do Sul no séc. XIX e início do séc. XX. Decisões metodológicas de cunho filológico foram delineadas no sentido de produzir transcrições conservadoras dos textos, necessárias para dar conta do levantamento da variação estudada e de aspectos paleográficos importantes inclusive para observar características dos escreventes. Com a empreitada de aprofundar a análise, levando em conta o contexto sócio-histórico e a estreita relação que entendemos existir entre fenômenos variáveis e aspectos sociais, lançamos mão da Sociolinguística Histórica e de seu arcabouço teórico, que permite

averiguar as correlações entre variáveis linguísticas e sociais, questões muito importantes estudadas no projeto Português Antigo do Rio Grande do Sul: língua e história.

Pudemos demonstrar que o contexto histórico teve forte influência no perfil dos escreventes no período, determinando que pessoas poderiam ocupar os cargos públicos voltados para o ato de escrever como profissão. Verificamos que não havia exigências específicas voltadas para conhecimento gramatical, tampouco manuais ou qualquer regramento nesse sentido. Identificamos que a correlação entre as profissões escrivão, procurador e secretário e as tipologias textuais ordem do dia, ofício e mandado, tipos nos quais predomina a narração, tem um importante papel na ocorrência dos fenômenos variáveis em questão. Um olhar mais amplo sobre os documentos nos permitiu caracterizar a produção escrita do séc. XIX no estado do Rio Grande do Sul.

Referências

- BARBOSA, Antonio. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em corpora histórico-diacrônicos. *Revista da ABRALIN*, v.16, n. 2, pp. 19-43, 2017.
- BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria 1797-1933*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BELTRÃO, Romeu. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho*. Canoas, RS: Ed. La Salle, 1979.
- BORGES, Paulo Ricardo Silveira; KELLER, Tatiana. Proposta metodológica de descrição e análise de fenômenos variáveis em textos históricos na perspectiva da Sociolinguística Histórica. *Letras*, n. 60, pp. 51-76, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/42608>. Acesso em: 06 mar. 2023.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período Colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.
- COMISSOLI, Adriano. Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808). 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. *Sociolinguística Histórica*. Madrid: Gredos, 2007.
- COSTA, Evelyne Patricia F. de Sousa; LANDHERR, Leici; ARNEMANN, Aline; PEREIRA, Veridiana; MILANI, V. Banco de dados de textos escritos: português histórico do Rio Grande do Sul. In: SILVA; José Pereira da. (org.). *Crítica Textual e Edição de Textos Interagindo com Outras Ciências*. Curitiba: Appris, 2012.
- COSTA, Evelyne Patricia F. de Sousa; PEREIRA, Veridiana. Documentos oficiais: desafios para a Sociolinguística Histórica. *Expressão*, Santa Maria, v. 2, 2016.

COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa; KELLER, Tatiana. Português Histórico do Rio Grande do Sul: fontes para pesquisa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, v. 153, pp. 37-51, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/76447/45400>. Acesso em: 04 mar. 2023.

COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa; PEREIRA, Veridiana. Manuscritos do séc. XIX: processos fonológicos ontem e hoje. *Polifonia: estudos da linguagem*, v. 26, pp. 119-41, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/7330>. Acesso em: 04 mar. 2023.

COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa; LANDHERR, Leici. Abreviaturas em Cartas do Século XIX: uma Proposta de Análise via Fonologia Métrica. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 17, pp. 95-111, 2019.

COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa; PEREIRA, Veridiana. Caracterização do português do séc. XIX em documentos de Santana do Livramento: indícios de fenômenos fonológicos e discussão de variáveis sociais. In: BRESCANCINI, Cláudia; MONARETO, Valéria. (org.). *Sociolinguística no Brasil: textos selecionados*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, v. 1, pp. 1-11.

COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa; LANDHERR, Leici. A variação gráfica em manuscritos oitocentistas da câmara municipal de Rio Pardo. *Revista Letras*, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/42769>. Acesso em: 04 mar. 2023.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. *Historia Social de las Lenguas de Espana*. Barcelona: Ariel, 2005.

FERREIRA, Jurandy Pires. *Enciclopedia dos Municipios Brasileiros*. Vol. XXXIII. IBGE: Rio de Janeiro, 1959.

KAJITA, Angela Satomi. *A segmentação inábil: um estudo da segmentação ortográfica não canônica*. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

KELLER, Tatiana; COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa. A instabilidade das vogais médias pretônicas em cartas pessoais do Rio Grande do Sul do século XIX. *Web-revista Sociodiaeto*, v. 4, pp. 61-72, 2014.

KELLER, Tatiana; COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa. A realização variável das vogais médias pretônicas em documentos do Rio Grande do Sul do séc. XIX. In: SILVA, José Pereira da; NASCIMENTO, Luciana Marino do. (org.). *Textos da memória-a memória dos textos*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, pp. 91-99.

KELLER, Tatiana; RIBEIRO, Tatiana Jimenes Silveira. A instabilidade do sistema vocálico e consonantal em documentos antigos do Rio Grande do Sul dos séculos XVIII, XIX e XX. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, v. 3, pp. 3-32, 2016.

KELLER, Tatiana; COSTA, Evellyne; COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa. *Rio Grande do Sul dos séculos XIX e XX: manuscritos*. Santa Maria: PPG EDITORES, 2019.

LABOV, William. On the mechanism of linguistic change. In: GUMPERZ, John; HYMES, Dell. *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Hold, Rinehart and Winstion, 1972.

LASS, Roger. *Historical Linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

- LOSE, Alicia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento. de. Para uma filologia na pesquisa em linguística histórica. *Letras*, n. 60, pp. 11-32, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/42058>. Acesso em: 06 mar. 2023.
- MAESTRI, Mario. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2010.
- MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: IN-CM, (Filologia Portuguesa), 2000.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Teoria(s) da mudança e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s). *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 3, n. 1, pp. 39-53, 2008.
- MELO, Josemar Henrique. *A ideia de arquivo: a secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2006.
- MENÉNDEZ, Francisco Gimeno. *Sociolingüística Histórica*. Madrid: Visor, 1995.
- MIRANDA, Marcia Eckert. *Continente de São Pedro: Administração Pública no Período Colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/ Ministério Público do Estado do RS/ CORAG, 2000.
- MONARETTO, Valéria. O estudo da mudança de som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 3, 2005.
- MOREIRA, Leici Landherr. *Hipossegmentações em manuscritos oitocentistas da Câmara Municipal de Rio Pardo (RS)*. 2019. 199 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2019.
- NASI, Roberto Francisco. *Elevação das Vogais Médias Pretônicas no Português Sul-Riograndense: retrato oitocentista e alternativa de interpretação do grafema como índice fonético/fonológico*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- NEVALAINEN, Terttu.; RAUMOLIN-BRUNBERG, Helena. Historical Sociolinguistics: Origins, Motivations, and Paradigms. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan. Manuel; CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 2012, pp. 22-40.
- PEREIRA, Veridiana Veleza. *Caracterização da língua portuguesa da segunda metade do século XIX na região da fronteira (Santana do Livramento/Rivera)*. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.
- RIBEIRO, Tatiana Jimenes Silveira. *Variação das vogais médias pretônicas em textos antigos: contribuições da teoria neogramática e da difusão lexical*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
- ROMAINE, Suzanne. *Socio-Historical Linguistics*. Cambridge: Cambridge Press, 1982.
- SANTIAGO, Huda da Silva. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SIMIONI, Taíse; COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa. Processos morfossintáticos em manuscritos oitocentistas e novecentistas no Rio Grande do Sul. *Revista Philologus*, v. 26, pp. 181-200, 2020.

TELLES, Célia Marques; LOSE, Alícia Duhá. Escrita e fala: o que nos ensinam os textos não literários. *Linguas & Letras*, v. 11, pp. 1-19, 2010.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1997.

VOGT, Olgário Paulo; ROMERO, Maria Rosilane Zoch. (org.). *Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos: cultura, arte e memória*. Santa Cruz: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.